



# Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



**Volume XIV, n. 2, set. 2020**  
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

**EIXO 2 - EDUCAÇÃO E INCLUSÃO. EDUCAÇÃO, INTERVENÇÕES SOCIAIS.  
POLÍTICAS AFIRMATIVAS. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS.  
EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS. EDUCAÇÃO PARA A PAZ.**

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <https://doi.org/10.29380/2020.14.02.75>

Recebido em: **07/08/2020**

Aprovado em: **08/08/2020**

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO DE  
PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO BRASIL; TEACHER  
TRAINING IN SPECIAL EDUCATION AND INCLUSION OF PEOPLE WITH SPECIAL  
EDUCATIONAL NEEDS IN BRAZIL; FORMACIÓN DE MAESTROS EN EDUCACIÓN  
ESPECIAL E INCLUSIÓN DE PERSONAS CON NECESIDADES EDUCATIVAS  
ESPECIALES EN BRASIL

SANDRA GARCIA NEVES

<https://orcid.org/0000-0002-7725-0476>

ANDREA GERALDI SASSO

<https://orcid.org/0000-0001-5087-2753>

**RESUMO:** O número de crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas na Rede Regular de Educação Básica aumenta a cada ano conforme comprovam os dados anuais do Censo Escolar (INEP). Diante disso problematizamos: o que comprovam os dados estatísticos quanto ao número de matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais em salas de inclusão da Rede Regular de Educação Básica e, em paralelo, da formação de professores? Nosso objetivo é apresentar e analisar dados estatísticos dos anos de 2015-2019, acerca da formação de professores que atuam em salas de inclusão, bem como, referente às matrículas de alunos das classes comuns na Rede Regular de Educação Básica.

**Palavras-chaves:** Educação Especial. Licenciatura. Pessoas com necessidades educacionais especiais. Rede regular de ensino.

**ABSTRACT:** The number of children with special educational needs enrolled in the Regular Basic Education Network increases each year as evidenced by the annual data of the School Census (INEP). In view of this, we problematize: what do the statistical data prove regarding the number of enrollments of people with special educational needs in inclusion rooms of the Regular Basic Education Network and, in parallel, teacher training? Our goal is to present and analyze statistical data from the years 2015-2019, about the training of teachers who work in inclusion rooms, as well as, regarding the enrollment of students of the common classes in the Regular Basic Education Network.

**Keywords:** Special Education. Graduation. People with special educational needs. Regular education network.

**RESUMEN:** El número de niños con necesidades educativas especiales inscritos en la Red de Educación Básica Regular aumenta cada año como lo evidencian los datos anuales del Censo Escolar (INEP). Ante esto, problematizamos: ¿qué demuestran los datos estadísticos sobre el número de matrículas de personas con necesidades educativas especiales en las salas de inclusión de la Red de Educación Básica Regular y, en paralelo, la formación docente? Nuestro objetivo es presentar y analizar datos estadísticos de los años 2015-2019, sobre la formación de docentes que laboran en aulas de inclusión, así como, sobre la matrícula de alumnos de las clases comunes en la Red de Educación Básica Regular.

**Palabras clave:** Educación especial. Graduación. Personas con necesidades educativas especiales. Red de educación regular.

## 1. INTRODUÇÃO

O número de crianças com necessidades educacionais especiais matriculadas, por exemplo, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental cresce a cada ano. Dados encontrados nas Sinopses Estatísticas da Educação Básica e divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) comprovam nossa afirmação. Diante disso problematizamos: o que comprovam os dados estatísticos quanto ao número de matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais em salas de inclusão da Rede Regular de Educação Básica e, em paralelo, da formação de professores?

Nosso objetivo nessa pesquisa é apresentar e analisar dados estatísticos dos anos de 2015-2019, acerca da formação de professores que atuam em salas de inclusão, bem como, referente às matrículas de alunos das classes comuns na Rede Regular de Educação Básica.

Para respondermos essa problemática realizamos pesquisa bibliográfica teórica e estatística de cunho qualitativo e quantitativo da qual apresentamos e discutimos alguns resultados. Para a elaboração desse nosso artigo, consideramos as estimativas populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as sinopses estatísticas dos Censos Escolares dos anos de 2015 a 2019 produzidas pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e dados dos cursos de graduação em Educação Especial produzidos pelo Cadastro e-MEC.

Julgamos que a formação de professores que lecionam nas salas de ensino regular com inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no Brasil, apresenta dados bastantes diferenciados entre um Estado e outro da Federação. Avaliamos que tal análise implica, necessariamente, políticas públicas de formação docente e das crianças dos Anos Iniciais, as quais tomamos, por exemplo, nesse nosso estudo.

## 2. O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Para tratarmos da inclusão na Rede Regular de ensino da Educação Básica, apresentamos, primeiramente, alguns conceitos que julgamos fundamentais quanto a temática por nós tratada nesse estudo. De início destacamos que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015, destina-se “[...] a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. De acordo com Brasil (2020, p. 1):

o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Quanto a Educação Especial, tradicionalmente, se organizou como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum. Daí decorreram compreensões, terminologias e modalidades várias que ensejaram a criação de instituições especializadas, de escolas especiais e de classes especiais (BRASIL, 2020). Resta afirmar que, a Educação Especial, é, segundo Brasil (2020, p. 11). “[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades. realiza o

atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular”.

Nessa nossa pesquisa, consideramos as matrículas e/ou números de alunos da Educação Básica, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, conforme dados encontrados nas Sinopses Estatísticas do Censo Escolar divulgados pelo INEP referentes aos anos de 2015 a 2019. Assim também, consideramos algumas informações referentes à formação de professores que atuam nas Classes Comuns, nos Anos Iniciais da Educação Básica encontrados nos Censos Escolares e no Cadastro e-MEC.

### **3. CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS SINOPSES ESTATÍSTICAS DAS CLASSES COMUNS DOS ANOS INICIAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Para a elaboração de nossa análise utilizamos, como dados de pesquisa, as sinopses estatísticas produzidas pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do INEP, especificamente as Sinopses Estatísticas da Educação Básica produzidas com base nos dados dos Censos Escolares referentes aos anos de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019. Destacamos que “o Censo Escolar é o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacionais brasileira” (BRASIL, 2020, p. 1). O INEP coordena e realiza o Censo Escolar em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país.

Produzimos a Tabela 1 com base na sinopse “Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns ou Classes Exclusivas, por Etapa de Ensino, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município”. Consideramos os dados referentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental que incluem: as matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação em turmas da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de 9 anos em Classes Exclusivas e/ou Classes Comuns especificamente para as Unidades da Federação.

Na Tabela 1 constam o número de matrículas da Educação Especial em Classes Comuns dos Anos Iniciais por Unidade da Federação referentes aos anos de 2015 a 2019. Calculamos os percentuais de variação de matrícula na sequência dos anos. Comparamos os números de matrículas por Unidade da Federação com os dados estatísticos do Censo Escolar. Na Tabela 1 constam também os dados de cada ano e a variação entre um ano e outro, ou seja, entre os anos de 2015-2016, 2016-2017, 2017-2018 e 2018-2019.

O Distrito Federal, no ano de 2019, é a unidade da federação que apresentou maior índice de decréscimo de matrículas, com -10,52% no ano de 2019, com 5.613 matrículas, em comparação com o ano de 2018, com 6.273 matrículas. Já o maior acréscimo de matrículas ocorreu no Estado da Bahia, entre os anos de 2016, com 35.012, e 2017, com 39.520 matrículas, equivalente a 12,88%.

Ao calcularmos a variação entre os anos de 2015 e 2019, ressaltamos que a média percentual nacional de matrículas foi de 18,32%. Desse modo, na análise dos dados verificamos que na comparação entre os Estados, aqueles que tiveram os maiores acréscimos de matrículas, ou seja, superior à média nacional, foram os Estados de Roraima, com 49,33% e do Amapá, com 43,20%. Já aqueles que tiveram os maiores decréscimos de matrículas foram os Estados do Mato Grosso do Sul, com -7,24% e Tocantins, com -2,15%.

TABELA 1 – Número de Matrículas da Educação Especial em Classes Comuns dos Anos Iniciais segundo a Unidade da Federação (2015-2019).

Estado	2015	2016	15-16	2017	16-17	2018	17-18	2019	18-19	15-19
--------	------	------	-------	------	-------	------	-------	------	-------	-------

<b>Rondônia</b>	5.074	5.341	5,26%	5.403	1,16%	5.532	2,39%	5.311	-3,99%	4,67%
<b>Acre</b>	3.486	3.663	5,08%	4.046	10,46%	4.342	7,32%	4.784	10,18%	37,23%
<b>Amazonas</b>	6.704	7.106	6,00%	7.921	11,47%	8.854	11,78%	9.252	4,50%	38,01%
<b>Roraima</b>	898	927	3,23%	984	6,15%	1.075	9,25%	1.341	24,74%	49,33%
<b>Pará</b>	18.940	19.312	1,96%	21.604	11,87%	23.229	7,52%	24.396	5,02%	28,81%
<b>Amapá</b>	1.845	2.042	10,68%	2.245	9,94%	2.420	7,80%	2.642	9,17%	43,20%
<b>Tocantins</b>	5.540	5.542	0,04%	5.052	-8,84%	5.524	9,34%	5.421	-1,86%	-2,15%
<b>Maranhão</b>	14.813	14.759	-0,36%	16.305	10,47%	17.654	8,27%	18.749	6,20%	26,57%
<b>Piauí</b>	7.207	7.663	6,33%	8.551	11,59%	8.999	5,24%	10.015	11,29%	38,96%
<b>Ceará</b>	21.201	21.768	2,67%	23.039	5,84%	24.861	7,91%	26.196	5,37%	23,56%
<b>Rio Grande do Norte</b>	7.129	7.217	1,23%	7.614	5,50%	8.013	5,24%	8.233	2,75%	15,49%
<b>Paraíba</b>	9.384	9.491	1,14%	10.299	8,51%	10.942	6,24%	11.987	9,55%	27,74%
<b>Pernambuco</b>	17.384	17.377	-0,04%	18.395	5,86%	19.717	7,19%	21.786	10,49%	25,32%
<b>Alagoas</b>	8.677	9.272	6,86%	10.242	10,46%	10.279	0,36%	10.987	6,89%	26,62%
<b>Sergipe</b>	4.276	4.485	4,89%	4.740	5,69%	5.044	6,41%	5.585	10,73%	30,61%
<b>Bahia</b>	34.430	35.012	1,69%	39.520	12,88%	43.092	9,04%	45.641	5,92%	32,56%
<b>Minas Gerais</b>	47.640	47.580	-0,13%	49.473	3,98%	51.879	4,86%	53.958	4,01%	13,26%
<b>Espírito Santo</b>	8.842	9.110	3,03%	9.624	5,64%	10.517	9,28%	11.778	11,99%	33,21%
<b>Rio de Janeiro</b>	32.570	33.507	2,88%	33.676	0,50%	35.194	4,51%	37.582	6,79%	15,39%
<b>São Paulo</b>	77.206	79.622	3,13%	84.572	6,22%	86.484	2,26%	90.559	4,71%	17,30%
<b>Paraná</b>	32.456	32.605	0,46%	34.875	6,96%	37.623	7,88%	37.788	0,44%	16,43%
<b>Santa Catarina</b>	10.650	10.467	-1,72%	11.152	6,54%	12.029	7,86%	13.096	8,87%	22,97%
<b>Rio Grande do Sul</b>	39.625	38.993	-1,59%	38.093	-2,31%	38.637	1,43%	39.844	3,12%	0,55%
<b>Mato Grosso do Sul</b>	11.670	11.516	-1,32%	10.871	-5,60%	10.636	-2,16%	10.825	1,78%	-7,24%
<b>Mato Grosso</b>	6.691	6.860	2,53%	7.646	11,46%	8.146	6,54%	7.860	-3,51%	17,47%
<b>Goiás</b>	12.942	13.804	6,66%	15.137	9,66%	16.084	6,26%	15.840	-1,52%	22,39%
<b>Distrito Federal</b>	6.313	6.478	2,61%	6.461	-0,26%	6.273	-2,91%	5.613	-10,52%	-11,09%
<b>BRASIL</b>	455.608	463.535	1,74%	489.557	5,61%	515.097	5,22%	539.088	4,66%	18,32%

FONTE: INEP, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Para a elaboração da Tabela 2, consideramos somente o número de docentes da Educação Especial em classes comuns, nos Anos Iniciais, segundo a Unidade da Federação e referente aos anos de 2015 a 2019.

Referente ao número de docentes da Educação Especial em Classes Comuns nos Anos Iniciais, conforme exemplificamos nessa nossa pesquisa, destacamos que o maior acréscimo é do Estado de Roraima, com 18,13% entre os anos de 2018 e 2019. Já o maior decréscimo foi apresentado pelo Estado de Goiás, com -3,47% para o mesmo período.

Ao analisarmos a variação entre os anos de 2015 e 2019, o Estado da Bahia apresentou o maior acréscimo, com 40,56%, e o maior decréscimo foi apresentado pelo Estado do Acre, com 19,94%, em consideração a média nacional de 20,05% para o mesmo período.

TABELA 2 – Número de Docentes da Educação Especial em Classes Comuns nos Anos Iniciais por Unidade da Federação (2015-2019).

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Estado	2015	2016	15-16	2017	16-17	2018	17-18	2019	18-19	15-19
Rondônia	3.254	3.508	7,81%	3.523	0,43%	3.513	-0,28%	3.558	1,28%	9,34%
Acre	1.630	1.728	6,01%	1.809	4,69%	1.866	3,15%	1.955	4,77%	19,94%
Amazonas	5.483	5.913	7,84%	6.376	7,83%	6.959	9,14%	7.235	3,97%	31,95%
Roraima	1.089	1.088	-0,09%	1.024	-5,88%	1.136	10,94%	1.342	18,13%	23,23%
Pará	13.667	13.900	1,70%	14.995	7,88%	15.385	2,60%	15.698	2,03%	14,86%
Amapá	1.599	1.662	3,94%	1.737	4,51%	1.858	6,97%	1.954	5,17%	22,20%
Tocantins	3.249	3.199	-1,54%	3.331	4,13%	3.437	3,18%	3.492	1,60%	7,48%
Maranhão	10.048	10.318	2,69%	11.647	12,88%	12.451	6,90%	13.364	7,33%	33,00%
Piauí	6.517	6.942	6,52%	7.474	7,66%	7.856	5,11%	8.207	4,47%	25,93%
Ceará	15.809	16.567	4,79%	17.240	4,06%	17.900	3,83%	18.662	4,26%	18,05%
Rio Grande do Norte	5.084	5.304	4,33%	5.459	2,92%	5.688	4,19%	6.001	5,50%	18,04%
Paraíba	5.614	5.768	2,74%	6.162	6,83%	6.430	4,35%	6.635	3,19%	18,19%
Pernambuco	9.453	9.808	3,76%	10.431	6,35%	11.465	9,91%	12.570	9,64%	32,97%
Alagoas	5.082	5.393	6,12%	5.541	2,74%	5.652	2,00%	5.974	5,70%	17,55%
Sergipe	2.922	3.142	7,53%	3.313	5,44%	3.435	3,68%	3.786	10,22%	29,57%
Bahia	19.462	21.483	10,38%	23.704	10,34%	25.484	7,51%	27.355	7,34%	40,56%
Minas Gerais	32.316	33.086	2,38%	34.926	5,56%	37.418	7,14%	37.543	0,33%	16,17%
Espírito Santo	9.428	9.347	-0,86%	9.673	3,49%	10.019	3,58%	10.628	6,08%	12,73%
Rio de Janeiro	22.565	23.680	4,94%	24.266	2,47%	25.218	3,92%	26.628	5,59%	18,01%
São Paulo	61.001	66.317	8,71%	69.336	4,55%	75.803	9,33%	75.758	-0,06%	24,19%
Paraná	20.109	20.614	2,51%	22.523	9,26%	24.312	7,94%	24.985	2,77%	24,25%
Santa Catarina	15.649	15.621	-0,18%	16.378	4,85%	17.035	4,01%	17.849	4,78%	14,06%
Rio Grande do Sul	22.011	22.249	1,08%	22.093	-0,70%	22.790	3,15%	23.354	2,47%	6,10%
Mato Grosso do Sul	8.493	8.346	-1,73%	8.475	1,55%	8.679	2,41%	8.782	1,19%	3,40%
Mato Grosso	5.266	5.393	2,41%	5.598	3,80%	6.315	12,81%	6.433	1,87%	22,16%
Goiás	9.790	10.447	6,71%	10.650	1,94%	11.177	4,95%	10.789	-3,47%	10,20%
Distrito Federal	3.607	3.661	1,50%	3.855	5,30%	4.051	5,08%	4.263	5,23%	18,19%
<b>BRASIL</b>	<b>322.212</b>	<b>336.500</b>	<b>4,43%</b>	<b>353.556</b>	<b>5,07%</b>	<b>375.350</b>	<b>6,16%</b>	<b>386.819</b>	<b>3,06%</b>	<b>20,05%</b>

FONTE: INEP, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Para a elaboração da Tabela 3, consideramos somente o número de docentes da Educação Especial em classes comuns com licenciatura segundo a Unidade da Federação referentes aos anos de 2015 a 2019.

Ao considerarmos o número de docentes da Educação Especial em Classes Comuns com licenciatura, por Estado no período de 2015 a 2019, identificamos algumas variações. O maior acréscimo ocorreu no Estado do Piauí, entre os anos de 2016 e 2017, com 16,97%, e, o maior decréscimo ocorreu no Estado do Mato Grosso com -7,02%. Ao considerarmos a variação entre os anos de 2015 e 2019, o maior acréscimo foi apresentado pelo Estado da Bahia, com 62,54%, e o maior decréscimo pelo Estado do Acre com 27,43%.

TABELA 3 – Número de Docentes da Educação Especial em Classes Comuns com Licenciatura por Unidade da Federação (2015-2019)

<b>Estado</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>15-16</b>	<b>2017</b>	<b>16-17</b>	<b>2018</b>	<b>17-18</b>	<b>2019</b>	<b>18-19</b>	<b>15-19</b>
<b>Rondônia</b>	8.491	8.651	1,88%	8.978	3,78%	9.225	2,75%	9.336	1,20%	9,95%
<b>Acre</b>	4.754	4.875	2,55%	5.077	4,14%	5.510	8,53%	6.058	9,95%	27,43%
<b>Amazonas</b>	13.137	14.915	13,53%	16.712	12,05%	18.821	12,62%	19.738	4,87%	50,25%
<b>Roraima</b>	2.992	3.100	3,61%	3.017	-2,68%	3.325	10,21%	3.760	13,08%	25,67%
<b>Pará</b>	26.899	28.950	7,62%	33.437	15,50%	37.572	12,37%	41.968	11,70%	56,02%
<b>Amapá</b>	5.117	5.284	3,26%	5.233	-0,97%	5.459	4,32%	5.758	5,48%	12,53%
<b>Tocantins</b>	8.502	8.605	1,21%	9.185	6,74%	9.956	8,39%	10.085	1,30%	18,62%
<b>Maranhão</b>	25.749	28.005	8,76%	30.886	10,29%	33.964	9,97%	36.659	7,93%	42,37%
<b>Piauí</b>	14.206	15.192	6,94%	17.770	16,97%	20.291	14,19%	21.055	3,77%	48,21%
<b>Ceará</b>	35.932	37.637	4,75%	41.321	9,79%	45.189	9,36%	50.434	11,61%	40,36%
<b>Rio Grande do Norte</b>	13.905	14.398	3,55%	14.848	3,13%	15.486	4,30%	16.368	5,70%	17,71%
<b>Paraíba</b>	14.381	15.493	7,73%	17.293	11,62%	19.346	11,87%	20.562	6,29%	42,98%
<b>Pernambuco</b>	25.151	26.081	3,70%	28.155	7,95%	32.102	14,02%	35.215	9,70%	40,01%
<b>Alagoas</b>	10.222	11.074	8,33%	12.328	11,32%	13.554	9,94%	15.316	13,00%	49,83%
<b>Sergipe</b>	7.976	8.592	7,72%	9.056	5,40%	9.826	8,50%	10.803	9,94%	35,44%
<b>Bahia</b>	44.892	51.232	14,12%	58.877	14,92%	66.667	13,23%	72.967	9,45%	62,54%
<b>Minas Gerais</b>	95.733	100.509	4,99%	106.864	6,32%	113.720	6,42%	116.492	2,44%	21,68%
<b>Espírito Santo</b>	23.223	22.938	-1,23%	23.808	3,79%	25.095	5,41%	26.079	3,92%	12,30%
<b>Rio de Janeiro</b>	54.703	55.994	2,36%	60.334	7,75%	65.300	8,23%	67.698	3,67%	23,76%
<b>São Paulo</b>	178.055	184.891	3,84%	190.715	3,15%	222.157	16,49%	226.012	1,74%	26,93%
<b>Paraná</b>	61.320	64.099	4,53%	65.881	2,78%	69.266	5,14%	69.862	0,86%	13,93%
<b>Santa Catarina</b>	32.552	34.948	7,36%	37.674	7,80%	40.809	8,32%	43.901	7,58%	34,86%
<b>Rio Grande do Sul</b>	59.334	60.346	1,71%	61.089	1,23%	64.337	5,32%	64.960	0,97%	9,48%
<b>Mato Grosso do Sul</b>	16.603	16.927	1,95%	17.422	2,92%	18.291	4,99%	18.950	3,60%	14,14%
<b>Mato Grosso</b>	14.156	14.032	-0,88%	15.462	10,19%	16.806	8,69%	15.626	-7,02%	10,38%
<b>Goiás</b>	26.418	27.344	3,51%	28.832	5,44%	30.915	7,22%	30.541	-1,21%	15,61%
<b>Distrito Federal</b>	14.360	14.247	-0,79%	14.910	4,65%	15.524	4,12%	15.044	-3,09%	4,76%
<b>BRASIL</b>	840.778	880.375	4,71%	937.181	6,45%	1.030.531	9,96%	1.073.266	4,15%	27,65%

FONTE: INEP, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Para a elaboração da Tabela 4 utilizamos os dados referentes as populações estimadas de cada Estado do Brasil conforme divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2019, e os dados do Censo Escolar referente aos números de matrículas da Educação Básica total entre Classes Comuns e Classes Exclusivas, por Unidade da Federação no ano de 2019.

Destacamos que, ao considerarmos a população estimada e o número de matrículas de pessoas com necessidades especiais na Rede Regular de ensino, o Estado do Rio de Janeiro é o que apresenta o

menor índice, ou seja, 0,43% das matrículas de um total de 17.264.943 habitantes. Já o maior índice é do Estado do Acre com 1,25% de matrículas para 881.935 habitantes. Destacamos, contudo, que a média nacional em 2019 para a estimativa populacional em percentuais para a matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais, foi de 0,59% num total de 210.147.125 habitantes, ou seja, 0,0028%.

TABELA 4 – Percentual das matrículas em relação à população por milhão de habitantes

<b>Estado</b>	<b>População Estimada</b>	<b>Número discentes da Educação Especial</b>	<b>Percentual de matrículas em relação à população</b>
<b>Rondônia</b>	1.777.225	12.704	0,71
<b>Acre</b>	881.935	11.107	1,25
<b>Amazonas</b>	4.144.597	19.021	0,45
<b>Roraima</b>	605.761	3.280	0,54
<b>Pará</b>	8.602.865	50.239	0,58
<b>Amapá</b>	845.731	6.289	0,74
<b>Tocantins</b>	1.572.866	14.847	0,94
<b>Maranhão</b>	7.075.181	44.029	0,62
<b>Piauí</b>	3.273.227	21.899	0,66
<b>Ceará</b>	9.132.078	64.120	0,70
<b>Rio Grande do Norte</b>	3.506.853	20.006	0,57
<b>Paraíba</b>	4.018.127	23.640	0,58
<b>Pernambuco</b>	9.557.071	45.643	0,47
<b>Alagoas</b>	3.337.357	23.152	0,69
<b>Sergipe</b>	2.298.696	10.645	0,46
<b>Bahia</b>	14.873.064	99.439	0,66
<b>Minas Gerais</b>	21.168.791	142.098	0,67
<b>Espírito Santo</b>	4.018.650	29.124	0,72
<b>Rio de Janeiro</b>	17.264.943	74.928	0,43
<b>São Paulo</b>	45.919.049	203.389	0,44
<b>Paraná</b>	11.433.957	100.262	0,87
<b>Santa Catarina</b>	7.164.788	36.734	0,51
<b>Rio Grande do Sul</b>	11.377.239	95.508	0,83
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.778.986	20.977	0,75
<b>Mato Grosso</b>	3.484.466	22.816	0,65
<b>Goiás</b>	7.018.354	38.491	0,54
<b>Distrito Federal</b>	3.015.268	16.580	0,54
<b>BRASIL</b>	210.147.125	1.250.967	0,59

FONTE: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Para a elaboração da Tabela 5, utilizamos os dados referentes ao número de docentes da Educação Especial em Classes Comuns e Classes Exclusivas segundo a Unidade da Federação no ano de 2019. Destacamos que os Estados do Acre e do Amapá com 0,80% apresentam maior índice de docentes da Educação Especial em relação à população, de 881.935 e 845.731 de habitantes. Já o menor índice é

apresentado pelo Estado de Pernambuco com 0,46% com uma população de 9.557.071 de habitantes.

TABELA 5 – Percentual do Número de Docentes da Educação Especial em relação à população por milhão de habitantes

<b>Estado</b>	<b>População Estimada</b>	<b>Número de Docentes da Educação Especial</b>	<b>Percentual de Docentes em relação à população</b>
<b>Rondônia</b>	1.777.225	10.453	0,58
<b>Acre</b>	881.935	7.103	0,80
<b>Amazonas</b>	4.144.597	22.081	0,53
<b>Roraima</b>	605.761	4.553	0,75
<b>Pará</b>	8.602.865	48.151	0,55
<b>Amapá</b>	845.731	6.847	0,80
<b>Tocantins</b>	1.572.866	12.178	0,77
<b>Maranhão</b>	7.075.181	51.103	0,72
<b>Piauí</b>	3.273.227	26.065	0,79
<b>Ceará</b>	9.132.078	59.989	0,65
<b>Rio Grande do Norte</b>	3.506.853	20.008	0,57
<b>Paraíba</b>	4.018.127	25.798	0,64
<b>Pernambuco</b>	9.557.071	44.256	0,46
<b>Alagoas</b>	3.337.357	20.047	0,60
<b>Sergipe</b>	2.298.696	12.574	0,54
<b>Bahia</b>	14.873.064	93.587	0,62
<b>Minas Gerais</b>	21.168.791	134.809	0,63
<b>Espírito Santo</b>	4.018.650	29.050	0,72
<b>Rio de Janeiro</b>	17.264.943	88.355	0,51
<b>São Paulo</b>	45.919.049	240.733	0,52
<b>Paraná</b>	11.433.957	84.626	0,74
<b>Santa Catarina</b>	7.164.788	50.864	0,70
<b>Rio Grande do Sul</b>	11.377.239	75.766	0,66
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.778.986	21.306	0,76
<b>Mato Grosso</b>	3.484.466	24.042	0,69
<b>Goiás</b>	7.018.354	36.632	0,52
<b>Distrito Federal</b>	3.015.268	17.856	0,59
<b>BRASIL</b>	210.147.125	1.268.832	0,60

FONTE: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptadas pelos pesquisadores.

Na Tabela 6 identificamos que o Estado do Acre com uma população estimada de 881.935 habitantes, apresenta os melhores índices. Referente as matrículas em relação à população, o Estado possui um índice de 1,25% de crianças matriculadas nos Anos Iniciais da Educação Básica. Do mesmo modo, referente ao número de docentes em relação a população, o Estado também apresenta um dos melhores índices, de 0,80%. Em contrapartida, o Estado de Pernambuco apresenta os piores índices, ou seja, o índice de crianças matriculadas nos Anos Iniciais da Educação Básica é de 0,47% e, com relação ao número de docentes em relação a população, é de 0,46%. Destacamos que a média do índice de crianças matriculadas nos Anos Iniciais da Educação Básica é de 0,59% e o índice de docentes em

relação a população é de 0,60%. De modo geral observamos que os Estados que apresentam índices inferiores ao percentual de docentes os apresenta também em relação ao número de matrículas.

TABELA 6 – Percentual entre as Matrículas em relação à população e de Docentes em relação à população

<b>Estado</b>	<b>População Estimada</b>	<b>Percentual de matrículas em relação à população</b>	<b>Percentual de docentes em relação à população</b>
<b>Rondônia</b>	1.777.225	0,71	0,58
<b>Acre</b>	881.935	1,25	0,80
<b>Amazonas</b>	4.144.597	0,45	0,53
<b>Roraima</b>	605.761	0,54	0,75
<b>Pará</b>	8.602.865	0,58	0,55
<b>Amapá</b>	845.731	0,74	0,80
<b>Tocantins</b>	1.572.866	0,94	0,77
<b>Maranhão</b>	7.075.181	0,62	0,72
<b>Piauí</b>	3.273.227	0,66	0,79
<b>Ceará</b>	9.132.078	0,70	0,65
<b>Rio Grande do Norte</b>	3.506.853	0,57	0,57
<b>Paraíba</b>	4.018.127	0,58	0,64
<b>Pernambuco</b>	9.557.071	0,47	0,46
<b>Alagoas</b>	3.337.357	0,69	0,60
<b>Sergipe</b>	2.298.696	0,46	0,54
<b>Bahia</b>	14.873.064	0,66	0,62
<b>Minas Gerais</b>	21.168.791	0,67	0,63
<b>Espírito Santo</b>	4.018.650	0,72	0,72
<b>Rio de Janeiro</b>	17.264.943	0,43	0,51
<b>São Paulo</b>	45.919.049	0,44	0,52
<b>Paraná</b>	11.433.957	0,87	0,74
<b>Santa Catarina</b>	7.164.788	0,51	0,70
<b>Rio Grande do Sul</b>	11.377.239	0,83	0,66
<b>Mato Grosso do Sul</b>	2.778.986	0,75	0,76
<b>Mato Grosso</b>	3.484.466	0,65	0,69
<b>Goiás</b>	7.018.354	0,54	0,52
<b>Distrito Federal</b>	3.015.268	0,54	0,59
<b>BRASIL</b>	210.147.125	0,59	0,60

FONTE: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptada pelos pesquisadores.

Ao analisarmos a Tabela 7 identificamos que, em consideração a média nacional de matrícula por aluno, de 101,42%, algumas variações percentuais entre os Estados são evidentes. O Estado do Acre, com uma população estimada de 881.935 habitantes, apresenta o menor percentual de docentes por discentes, ou seja, 63,95%. Já os Estados de Roraima, com 138,81%, e de Santa Catarina, com 138,45%, são os que apresentam melhor índice de matrícula por discente, ou seja, mais que um professor por matrícula de aluno da Educação Especial.

TABELA 7 – Percentual entre o número de docentes por discentes da Educação Especial

<b>Estado</b>	<b>Número de matrículas da Educação Especial</b>	<b>Número de docentes da Educação Especial</b>	<b>Número percentual de docentes por discentes da Educação Especial</b>
<b>Rondônia</b>	12.704	10.453	82,28
<b>Acre</b>	11.107	7.103	63,95
<b>Amazonas</b>	19.021	22.081	116,08
<b>Roraima</b>	3.280	4.553	138,81
<b>Pará</b>	50.239	48.151	95,84
<b>Amapá</b>	6.289	6.847	108,87
<b>Tocantins</b>	14.847	12.178	82,02
<b>Maranhão</b>	44.029	51.103	116,06
<b>Piauí</b>	21.899	26.065	119,02
<b>Ceará</b>	64.120	59.989	93,55
<b>Rio Grande do Norte</b>	20.006	20.008	100,01
<b>Paraíba</b>	23.640	25.798	109,12
<b>Pernambuco</b>	45.643	44.256	96,96
<b>Alagoas</b>	23.152	20.047	86,58
<b>Sergipe</b>	10.645	12.574	118,12
<b>Bahia</b>	99.439	93.587	94,11
<b>Minas Gerais</b>	142.098	134.809	94,87
<b>Espírito Santo</b>	29.124	29.050	99,74
<b>Rio de Janeiro</b>	74.928	88.355	117,91
<b>São Paulo</b>	203.389	240.733	118,36
<b>Paraná</b>	100.262	84.626	84,40
<b>Santa Catarina</b>	36.734	50.864	138,46
<b>Rio Grande do Sul</b>	95.508	75.766	79,32
<b>Mato Grosso do Sul</b>	20.977	21.306	101,56
<b>Mato Grosso</b>	22.816	24.042	105,37
<b>Goiás</b>	38.491	36.632	95,17
<b>Distrito Federal</b>	16.580	17.856	107,69
<b>BRASIL</b>	1.250.967	1.268.832	101,42

FONTE: INEP, 2020, p. 1, IBGE, 2020, p. 1. Adaptada pelos pesquisadores.

Após apresentarmos tais dados acerca das matrículas de inclusão nas classes comuns de pessoas com necessidades educacionais na Rede Regular de Educação Básica e do número de docentes da Educação Especial, apresentamos alguns dados e considerações acerca da oferta de Cursos de Licenciatura em Educação Especial no Brasil.

#### **4. CURSOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL**

O Cadastro e-MEC, regulamentado pela Portaria Normativa n.º 21, de 21 de dezembro de 2017, é uma “[...] base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior – IES, independentemente de Sistema de Ensino” (BRASIL, 2020, p. 1). Nesse nosso estudo consideramos os dados dispostos no Cadastro e-MEC especificamente relacionados aos cursos de graduação, licenciatura em Educação

Especial.

Na Tabela 8 elencamos as instituições de ensino superior, a sigla, a modalidade do curso de graduação se presencial ou a distância, a data de início de funcionamento e a data do Ato de Criação. Salientamos que na página do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC, na opção Consulta Avançada, selecionamos somente o Curso de Graduação, licenciatura, em Educação Especial. Ressaltamos, contudo, que desconsideramos a quantidade de Curso de Graduação ofertado por campus, consideramos apenas por universidade.

Tabela 8 – Instituições, modalidade de ensino e data de início do curso de licenciatura em Educação Especial

<b>Instituição (IES)</b>	<b>Sigla</b>	<b>Estado</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Data início funcionamento</b>	<b>Data Ato de Criação</b>
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP	Presencial	10/02/2008	19/08/2008
Universidade Regional de Blumenau	FURB	SC	Presencial	17/07/2010 e 05/07/2011	-
Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí	UNIDAVI	SC	Presencial	10/09/2010, 15/04/2013 e 15/04/2013	-
Universidade do Oeste de Santa Catarina	UNOESC	SC	Presencial	Não iniciado	21/11/2019
Centro Universitário Claretiano	CEUCLAR		A Distância	Não iniciado	25/06/2018
Universidade de Uberaba	UNIUBE	MG	A Distância	Não iniciado	-
Universidade Cruzeiro do Sul	UNICSUL	SP	A Distância	01/02/2018	13/12/2017
Universidade Cidade de São Paulo	UNICID	SP	A Distância	01/02/2018	15/12/2017
Universidade do Contestado	UNC	SC	Presencial	Não iniciado	12/11/2009
Universidade do Contestado	UNC	SC	A Distância	05/04/2018	01/03/2018
Universidade do Sul de Santa Catarina	UNISUL	SC	Presencial	10/11/2012	07/10/2009
Universidade de Franca	UNIFRAN	SP	A Distância	01/02/2018	29/11/2017
Centro Universitário Braz Cubas	-	SP	A Distância	Não iniciado	24/04/2020
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Presencial	01/03/2004	10/08/1976
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	Presencial	10/08/2009	26/09/2008
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS	A Distância	08/03/2010	06/11/2009
Universidade de Taubaté	UNITAU	SP	A Distância	Não iniciado	18/12/2018
Universidade Santa Cecília	UNISANTA	SP	A Distância	01/02/2018	27/11/2017
Universidade Metropolitana de Santos	UNIMES	ES	A Distância	02/03/2018	06/06/2017

Centro Universitário São Lucas	UniSL	BA	A Distância	16/07/2018	01/12/2017
Centro Universitário da Serra Gaúcha	FSG	RS	A Distância	01/08/2018	02/05/2018
Centro Universitário Leonardo da Vinci	UNIASSELVI	CE	A Distância	18/07/2016	01/02/2016
Centro Universitário de Jaguariúna	UniFAJ	CE	A Distância	09/08/2018	09/08/2018
Centro Universitário Internacional	UNINTER	SP	A Distância	28/05/2018	20/10/2017
Centro Universitário do Planalto de Araxá	UNIARAXÁ	MG	A Distância	Não iniciado	07/05/2020
Centro Universitário de Lins	UNILINS	MG	A Distância	06/01/2020	-
Centro Universitário de Excelência Eniac	ENIAC	SP	A Distância	16/07/2019	03/07/2019
Faculdade Verde Norte	FAVENORTE	MG	Presencial	30/05/2017	30/05/2017
Centro Universitário Favени	UNIFAVENI	SP	A Distância	27/04/2019	27/04/2019
Instituto Superior de Educação Ibituruna	-	MG	Presencial	01/08/2017	04/07/2017
Centro Universitário Cidade Verde	UNIFCV	SP	A Distância	18/02/2019	17/01/2019
Centro Universitário Facvest	UNIFACVEST	RO	A Distância	04/04/2018	04/04/2018
Faculdade de Ciências, Educação, Saúde, Pesquisa e Gestão	FSF	CE	A Distância	08/08/2019	31/07/2019
Faculdade de Desenvolvimento do Norte	FADENORTE	MG	Presencial	05/02/2018	13/11/2017

FONTE: Cadastro e-MEC, 2020, p. 1. Adaptado pelas pesquisadoras.

Da Tabela 8 destacamos algumas informações. Quanto ao número de cursos presenciais, são ofertados por dez Instituições de Ensino Superior (IESs), e, os cursos à distância são ofertados por vinte e três IESs. Somente duas IESs ofertam o curso nas duas modalidades. Na soma total, segundo o e-MEC, foram autorizadas para os cursos em atividade, o total de totalizam 23.984 das vagas. Dos dados que apresentamos destacamos o número de cursos criados por ano: em 2004, um; 2008, um; 2009, três; 2010, cinco; 2012, um; 2016, um; 2017, dois; 2018, onze; e, 2019, quatro. Observamos um aumento significativo de oferta do curso entre os anos de 2018 e 2019.

Destacamos que o aumento da oferta de Cursos de licenciatura em Educação Especial, é resultado, dentre outros fatores, ao aumento do número de matrículas da Educação Especial em Classes Comuns nos Anos Iniciais. Conforme apresentamos, entre os anos de 2015 e 2019, a maioria dos Estados apresentou acréscimo, como por exemplo, os Estados de Roraima, Amapá, Piauí e Amazonas. Ainda, resta dizermos que passou a ser ofertado, no mesmo período, um curso de licenciatura em Educação Especial, no Estado de Roraima, em 2018. De outro modo, no Estado de São Paulo, passaram a ser ofertados nove cursos, e, o mesmo Estado e período, o aumento do número de matrículas de pessoas nas classes comuns do Ensino Regular da Educação Básica, foi inferior a média nacional, 17,30% e 18,32%, respectivamente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados disponibilizados pelo INEP sobre o Censo Escolar e Cadastro e-MEC acerca dos cursos de

graduação no Brasil, nos possibilitara avaliar, mesmo que básica e amplamente, qual é a oferta e a demanda pelo Curso de Graduação em Educação Especial, licenciatura. Ao avaliarmos os dados apresentados destacamos, por exemplo, que a oferta de tais cursos teve um aumento significativo a partir do ano de 2018. Apresentamos algumas conclusões.

Primeiro: que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n.º 13.143, de 6 de julho de 2015, serviu de condão tanto para o aumento do número de matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais no Ensino Regular da Educação Básica, quanto para a criação e oferta de Cursos de licenciatura em Educação Especial.

Segundo: o número de docentes por discentes da Educação Especial no Ensino Regular é bastante variado, ou seja, alguns Estados apresentam números positivos para ambos os itens, enquanto outros, apresentam números negativos ao considerarmos a média nacional no Brasil.

Terceiro: entre os anos de 2015 e 2019 alguns Estados apresentaram crescimento considerável de matrículas nas salas de inclusão, enquanto outros, apresentaram redução do número de alunos.

Quarto: ao considerarmos a população estimada, o número de discentes e docentes das classes de inclusão, concluímos que o número de habitantes em cada Estado não determina se esses números são positivos ou negativos.

Concluímos, após a apresentação de todos esses dados, que tanto a demanda pela inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns da Rede Regular de Educação Básica, quanto a oferta de Cursos de licenciatura em Educação Especial foram, em ampla medida, ampliados, dentre outros motivos, posteriormente a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), em 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZ  
**na Perspectiva da Educação**

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de)  
Acesso em: 22 jul 2020.

BRASIL. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior:** Cadastro e-MEC. Disponível

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados.** Disponível em: <https://>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinop  
<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinop  
<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinop  
<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinop  
<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinop  
<http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 27 jul 2020.

THESING, Mariana Luzia Corrêa; COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. As proposições de uma escola inclusiva  
**bras. Estud. pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 252, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbep>

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA-GERAL. SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS .  
Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=Art.,sua%20inclus%C3%A](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm#:~:text=Art.,sua%20inclus%C3%A)

\*Doutora pelo Programa de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),  
Graduanda em Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO),  
sandragarcianeves3@gmail.com.

\*\*Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento  
(PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão), Graduanda em  
Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO), Membro do Grupo de Estudo e  
Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura – GEPEDIC, dreasasso@gmail.com.

\*Doutora pelo Programa de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ),  
Graduanda em Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO),  
sandragarcianeves3@gmail.com.

\*\*Mestranda do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento  
(PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão), Graduanda em  
Psicologia pela Faculdade União de Campo Mourão (UNICAMPO), Membro do Grupo de Estudo e  
Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura – GEPEDIC, dreasasso@gmail.com.